



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 104

26 a 30 de junho de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquiteto ALEP



Tramitação da Reforma Tributária acelera na Câmara





O presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), declarou que pretende colocar o texto da Reforma Tributária em votação na primeira semana de julho. O relator do texto deputado Agnaldo Ribeiro (PP-PB) disse que está alinhando todos os consensos possíveis, seja com o setor produtivo e as unidades federativas, seja com os partidos, para que a votação do texto que acontece em dois turnos comece no dia 03 de julho.

Enquanto isso, o líder do governo José Guimarães (PT-CE) e o coordenador do Grupo de Trabalho que discutiu a Reforma Tributária na Câmara Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), estão encarregado de assegurar os 308 votos em dois turnos para garantir a aprovação da proposta.

O GT da Reforma Tributária junto com o relator, disponibilizaram um parecer preliminar da proposta no dia 22/06. Após a publicação, a OCB convocou todos os cooperativistas para uma mobilização nacional juntos aos parlamentares de suas respectivas regiões, para garantir que a proposta contemple o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo. O assunto é tratado como prioridade pelo sistema OCEPAR junto a OCB, tendo à frente do processo o coordenador jurídico da OCEPAR Rogério Coscrato.

Vídeo Institucional OCB – Reforma Tributária



O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, explica de que forma o setor pode somar forças ao chamar a atenção dos parlamentares da sua região para essa demanda tão importante para o cooperativismo.

<https://youtu.be/6cl2vIkUc2g>

Como tramita uma PEC no Congresso?

1 APRESENTAÇÃO: Quem pode propor

A proposta de emenda à Constituição (PEC) pode ser apresentada por no mínimo 171 deputados ou 27 senadores (1/3 do total), pelo presidente da República e por mais da metade das assembleias legislativas. Uma proposta vinda do Senado (ou seja, já aprovada pelos senadores) segue o mesmo rito descrito abaixo.



2 ANÁLISE DE ADMISSIBILIDADE: Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania

A PEC começa a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), que analisa a admissibilidade da proposta. A PEC não pode violar as cláusulas pétreas da Constituição: forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais dos cidadãos.



3 ANÁLISE DO MÉRITO: Comissão especial

Se for admitida pela CCJ, o mérito da PEC é analisado por uma comissão especial, que pode alterar a proposta original. A comissão tem o prazo de 40 sessões do Plenário para votar a proposta. O prazo para emendas se esgota nas dez primeiras sessões.

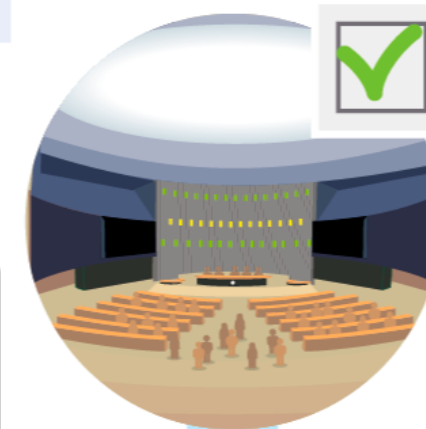



relações
parlamentares

4 VOTAÇÃO NO PLENÁRIO

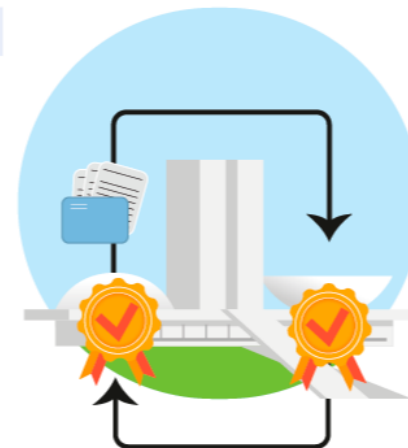
Depois, a proposta é analisada pelo Plenário. A aprovação depende dos votos favoráveis de 3/5 dos deputados (308), em dois turnos de votação.

- Em geral, os deputados aprovam o texto principal do projeto e “destacam” alguns trechos para votação posterior. Esses trechos são chamados destaques. Normalmente, essas votações posteriores servem para confirmar ou retirar alguns trechos do texto da proposta. Também podem ser destacadas emendas, para alterar o texto.



5 DEPOIS DO PLENÁRIO: promulgação

Depois de concluída a votação em uma Casa, a PEC é enviada para a outra. Se o texto for aprovado nas duas Casas sem alterações, é promulgado em forma de emenda constitucional em sessão do Congresso Nacional. Se houver modificação substancial (não apenas de redação), ela volta obrigatoriamente para a Casa onde começou a tramitar. A alteração em uma Casa exige nova apreciação da outra Casa, sucessivamente. É possível haver a promulgação “fatiada” (apenas da parte aprovada pelas duas Casas).



PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Mais valor para quem alimenta o Brasil.



Governo Federal lança Plano Safra 2023-2024



O Plano Safra 2023-2024

O governo federal lançou nesta terça-feira (27) em Brasília (DF), o plano de financiamento da agricultura e da pecuária empresarial no país (Plano Safra), na presença do Presidente da República, Ministros e representantes de organizações da Agricultura e Pecuária.

Os recursos da ordem de R\$ 364,22 bilhões vão apoiar a produção agropecuária nacional de médios e grandes produtores rurais até junho de 2024. Os recursos são destinados para o crédito rural para produtores enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e demais. O valor reflete um aumento de cerca de 27% em relação ao financiamento anterior (R\$ 287,16 bilhões para Pronamp e demais produtores).

O Plano Safra 2023/2024 incentiva o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis, com redução das taxas de juros para recuperação de pastagens e premiação para os produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

O presidente da OCEPAR José Ricken esteve presente no lançamento do Plano Safra 2023-2024 representando a OCB.



Imagens: Governo Federal.

Incentivo para ações ambientais sustentáveis

O Plano Safra 2023/2024 incentiva o fortalecimento dos sistemas de produção ambientalmente sustentáveis. Serão premiados os produtores rurais que já estão com o Cadastro Ambiental Rural (CAR) analisado e também aqueles produtores rurais que adotam práticas agropecuárias consideradas mais sustentáveis.

A redução será de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio para os produtores rurais que possuírem o CAR analisado, em uma das seguintes condições: 1) em Programa de Regularização Ambiental (PRA), 2) sem passivo ambiental ou 3) passível de emissão de cota de reserva ambiental.

Também terão direito à redução de 0,5 ponto percentual na taxa de juros de custeio os produtores que adotarem práticas de produção agropecuária consideradas mais sustentáveis, como: produção orgânica ou agroecológica, bioinsumos, tratamento de dejetos na suinocultura, pó de rocha e calcário, energia renovável na avicultura, rebanho bovino rastreado e certificação de sustentabilidade. A definição do rol dessas práticas, bem como a regulamentação de como elas serão comprovadas pelos produtores rurais junto às instituições financeiras, ocorrerá posteriormente ao lançamento do Plano Safra 2023/24.



Confira o lançamento do **Plano Safra 2023-2024**

27 de julho | 10h

 [youtube.com/MinAgriculturaBrasil](https://www.youtube.com/MinAgriculturaBrasil)



A OCEPAR acompanhou de perto todos os detalhes do lançamento do Plano Safra, e elaborou relatórios com análises preliminares. Confira nos links abaixo:
Médios e demais produtores: <https://bit.ly/43WwEHD>
Agricultura Familiar: <https://bit.ly/43aobPM>



Governo do estado vai coordenar instalação de biodigestores

Governo do estado reúne com setor produtivo para discutir biodigestores

O governo do estado do Paraná pretende coordenar instalação de biodigestores no campo para expandir a produção rural. Em reunião da Secretaria do Planejamento para o lançamento do programa, o governo convocou o setor produtivo para elaborar plano estratégico de destinação de dejetos da produção de suínos e frangos no Estado.

Levantamento da Secretaria de Indústria e Comércio do estado do Paraná aponta que só na região Oeste, onde está a maior parte da produção de suínos e frangos do Estado, há capacidade para instalação de 35 usinas de biogás. Cada unidade teria capacidade produtiva de 2 Megawatts de energia por mês a partir de 2 toneladas de dejetos.

O secretário de Indústria, Comércio e Serviços, Ricardo Barros, explica que a partir de setembro passa a valer o autocontrole sanitário nas unidades abatedoras, o que não vai mais exigir a presença de um fiscal do Ministério da Saúde durante a produção. Isso vai permitir que os frigoríficos possam atuar em três turnos, aumentando a produção de proteína animal, o que demanda ainda mais atenção à destinação correta dos dejetos.



“Com a iniciativa efetiva do Governo do Estado instalando gasodutos e linhas de transmissão vamos conseguir colocar muitos biodigestores para tratar os resíduos, o que vai permitir o crescimento da produção de proteína animal no Paraná”.

(Ricardo Barros – Secretário de Indústria e Comércio)



Segundo o governo, a partir da desta reunião, o tratamento dos dejetos animais com biodigestores passa a ter um planejamento coordenado. A expectativa do secretário do planejamento é de que o plano seja estruturado para que entre em curso no segundo semestre. Guto Silva elencou sete frentes de atuação para a instalação dos biodigestores: Planejamento e Legislação, Licenciamento, Fomento, Incentivos Fiscais, Inovação, Infraestrutura e Capacitação de Mão de Obra.

Para a Invest Paraná, agência de negócios do governo do estado, além de resolver o problema ambiental, a produção de energia a partir dos resíduos orgânicos também é uma oportunidade de o Paraná conquistar mais mercados para as carnes suína e de frango.



Fonte: Jonas Oliveira- Agência Paraná.



Fonte: Jonas Oliveira- Agência Paraná.

“O Paraná já produz alimentos de forma competitiva e sustentável. Agora, vamos transformar nossas propriedades rurais em geradoras de energia limpa, o que vai gerar receita e sustentabilidade”

(Guto Silva – Secretário do Planejamento)